

1 **ATA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DE DOIS MIL E QUINZE DO**  
2 **EGRÉGIO CONSELHO SETORIAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA,**  
3 **REALIZADA NO DIA SEIS DE MARÇO, ÀS NOVE HORAS, NO**  
4 **ANFITEATRO DAS PRÓ-REITORIAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE**  
5 **JUIZ DE FORA.** Aos seis dias do mês de março de dois mil e quinze, às nove horas e  
6 quarenta minutos, no Auditório das Pró-Reitorias da Universidade Federal de Juiz Fora,  
7 reuniu-se o Conselho Setorial de Pós-Graduação e Pesquisa (CSPP), regimentalmente  
8 convocado, sob a Presidência da Senhora Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Cristina Andreolli Lopes,  
9 Pró-Reitora de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação e com a presença dos seguintes  
10 Conselheiros:

11 1. Prof. Fabrício Alvim Carvalho, Coordenador do Programa De Pós-Graduação em  
12 Ecologia; 2. Prof. Mateus Camaroti Laterza, Coordenador do Programa de Pós-  
13 Graduação em Saúde; 3. Prof.<sup>a</sup> Maria Silvana Alves, Coordenadora do Programa de  
14 Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas; 4. Prof. Leonardo G. Fonseca, Vice-  
15 Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Modelagem Computacional; 5. Prof.  
16 Rafael Alves Bonfim de Queiroz, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em  
17 Modelagem Computacional; 6. Marcos Tanure Sanabio, Vice-Coordenador do  
18 Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação em Educação Pública 7. Débora da  
19 Silva Vieira, Secretária do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação em  
20 Educação Pública; 8. Prof.<sup>a</sup> Cássia de Castro Martins Ferreira, Coordenadora do  
21 Programa de Pós-Graduação em Geografia; 9. Prof. Ricardo da Silva Freguglia,  
22 Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Economia; 10. Prof.<sup>a</sup> Fátima Regina  
23 G. Salimena, Representante do Comitê Assessor em Ciências Biológicas; 11. Prof.  
24 Fernando Sato, Coordenador do Programa De Pós-Graduação em Física; 12. Prof.<sup>a</sup>  
25 Flavia Lucia Chein Feres, Representante do Comitê de Ciências Sociais Aplicadas; 13.  
26 Prof. Luis Fernando Crocco Afonso, Coordenador do Programa de Pós-Graduação  
27 Profissional em Matemática – PROFMAT; 14. Prof.<sup>a</sup> Isabel Cristina Leite, Vice-  
28 Coordenadora do Programa De Pós-Graduação em Saúde Coletiva; 15. Márcia  
29 Aparecida de Paula e Souza, Representante dos servidores técnico-administrativos; 16.  
30 Laisa Marcorela Andreoli Sartes, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em  
31 Psicologia; 17. Antonio Marcio Resende do Carmo, Coordenador do Programa de Pós-  
32 Graduação em Clínica Odontológica; 18. Prof.<sup>a</sup> Carina Moljo, Coordenadora do  
33 Programa de Pós-Graduação em Serviço Social; 19. Prof.<sup>a</sup> Luciana Teixeira,  
34 Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Linguística; 20. Prof.<sup>a</sup> Flavia  
35 Cavalieri Machado, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Química 21.

36 Prof.<sup>a</sup> Maria José V. Bell, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência e  
37 Tecnologia do Leite e Derivado; 22. Prof.<sup>a</sup> Sueli Maria dos Reis Sartes, Representante  
38 do Comitê Assessor em Saúde; 23. Prof.<sup>a</sup> Anna Maria de Oliveira Salimena,  
39 Coordenadora do programa de Pós-Graduação em Enfermagem; 24. Prof.<sup>a</sup> Ana Beatriz  
40 Gonçalves, Coordenadora do Programa De Pós-Graduação em Estudos Literários; 25.  
41 Prof. Claudio Galuppo Diniz, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências  
42 Biológicas/Imuno/Genética; 26. Prof. Paulo Henrique Dias Menezes, Representante do  
43 Comitê Assessor em Ciências Humanas; 27. Prof. André Luis Marques Marcato,  
44 Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica; 28. Prof.<sup>a</sup>  
45 Flaviana Andrea Ribeiro, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação Acadêmica em  
46 Matemática; 29. Prof.<sup>a</sup> Maria Lucia Bueno Ramos, Coordenadora do Programa de Pós-  
47 Graduação em Artes, Cultura e Linguagens; 30. Prof.<sup>a</sup> Neusa Salim  
48 Miranda, Coordenadora do Mestrado Profissional em Rede em Letras; 31. Prof.  
49 Lyderson Facio Viccini, Pró-Reitor Adjunto de Pós-Graduação.

50 A Senhora Presidente iniciou a reunião agradecendo a presença de todos. Em seguida,  
51 apresentou à plenária os novos coordenadores dos PPGs em Modelagem Computacional  
52 e Profissional em Matemática. Finalizado tal momento a Pró-Reitora deu início à  
53 apreciação da ordem do dia. **I – Aprovação da ata da reunião do CSPP realizada no**  
54 **dia 04 de fevereiro de 2015.** A Presidente colocou a Ata da reunião deste Conselho  
55 ocorrida no dia quatro de fevereiro do corrente ano sob apreciação da plenária. Assim,  
56 questionou os presentes acerca da necessidade de alteração ou ajustes. Respondendo, a  
57 prof.<sup>a</sup> Silvana solicitou ajustes em determinados apontamentos de sua fala realizados na  
58 reunião anterior. Em continuidade, a Senhora Pró-Reitora colocou o pedido de alteração  
59 sob votação, ocorrendo a aprovação por unanimidade. Dessa foram, a Presidente  
60 colocou a Ata em análise sob votação, ocorrendo a aprovação por unanimidade  
61 condicionada às alterações definidas nesta reunião. **II – Comunicações:** A Presidente  
62 iniciou este item de pauta passando a palavra para o professor Lyderson Viccini. O  
63 professor comunicou aos presentes sobre os processos do CT-INFRA, relatando que a  
64 FINEP divulgou esta semana a prorrogação de prazos. Dessa forma, a reunião da Pró-  
65 Reitoria de Pesquisa com os coordenadores do Comitê de Pesquisa da UFJF,  
66 previamente agendada para o dia dezessete deste mês, será remarcada conforme as  
67 novas datas da FINEP. Avançando nos comunicados, a prof.<sup>a</sup> Maria Cristina citou o  
68 preenchimento do Coleta CAPES via Plataforma Sucupira. Reiterou que a data final  
69 estipulada pela CAPES será no dia dezesseis de março, destacando a possibilidade  
70 quase nula de alteração da mesma por parte da Coordenadoria. Assim, lembrou aos

71 coordenadores a necessidade do envio dos dados de seus PPGs via Plataforma Sucupira,  
72 com comunicação imediata à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, até a data limite  
73 estipulada para o dia doze do corrente mês. Neste sentido, alertou os coordenadores a  
74 não deixarem para finalizar o envio muito próximo das datas finais, uma vez que logo  
75 em seguida ao envio a PROPG tem que realizar a homologação do procedimento,  
76 destacando que o sistema tende a ficar mais instável em tal período devido ao grande  
77 número de usuários. Por fim, afirmou que os Programas que finalizarem o envio  
78 solicitando a homologação da PROPG dentro do período acordado terão prioridade na  
79 análise das informações e posterior homologação. Já aqueles que enviarem após o prazo  
80 somente terão seus dados analisados se houver disponibilidade de tempo, porém, não  
81 comprometendo a homologação, o que será realizado para todos os PPGs da UFJF pela  
82 PROPG. Em continuidade, a Pró-Reitora abordou o tema sobre os secretários  
83 terceirizados que atuam nos PPGs da UFJF. Assim, informou que esta pauta também foi  
84 discutida na última reunião do Conselho Superior da UFJF, tendo como relato oficial da  
85 Administração Superior a caracterização de uma pauta ainda em resolução, uma vez que  
86 há um processo de transição na Coordenadoria de Contratos da UFJF quanto a empresa  
87 que prestará tal serviço a UFJF. Diante do exposto, justificou que ainda não há  
88 definições claras quanto ao processo em virtude da transição relatada, pois os  
89 funcionários terceirizados que atuam nos PPGs ainda apresentam vínculo empregatício  
90 com a empresa Terceiriza, a qual terá seu contrato expirado no mês de abril, não  
91 podendo ainda serem contratados pela nova empresa. Ressaltou que a dispensa desses  
92 funcionários é de responsabilidade da empresa Terceiriza, conforme foi informada pela  
93 Administração Superior. Neste momento, a prof<sup>ª</sup>. Maria José questionou a Presidente  
94 acerca das duas funcionárias, dos PPGs Ecologia e Ciência e Tecnologia do Leite e  
95 Derivados, que não faziam parte do elenco de contratados pela empresa Terceiriza, mas  
96 prestavam serviços aos Programas por meio do Projeto PDI PROPG FADEPE. Assim,  
97 perguntou se as mesmas já poderiam ser contratadas pela empresa que prestará serviço a  
98 UFJF, uma vez que as mesmas não tem vínculo empregatício e não terão que aguardar  
99 desligamento de outra empresa. Em resposta, a Senhora Pró-Reitora informou que o  
100 novo projeto PDI da Instituição ainda está em fase de construção. Ressaltou que no  
101 projeto anterior havia muitos ajustes que deveriam ser concretizados no atual, o que tem  
102 demandado estudo e posterior elaboração de novas ações devidamente embasadas nas  
103 normas que o regem. Dessa forma, a previsão de apresentação do novo projeto e  
104 consequentes adesões está demarcada para julho do corrente ano, o que impossibilita a  
105 afirmação da inserção dessas colaboradoras de modo antecipado. Retomando sua fala, a

106 prof<sup>a</sup>. Maria José afirmou não ser esta a solução proposta para as duas colaboradas, mas  
107 sim a inserção no novo contrato da prestadora de serviços terceirizados na UFJF para os  
108 PPGs, conforme ocorrerá com todos os atuais colaboradores terceirizados. Por fim, a  
109 Pró-Reitora afirmou que apurará o que realmente foi acordado e levará a pauta, se for o  
110 caso, aos responsáveis. Também afirmou que esta pauta retornará nos próximos  
111 encontros do Fórum de Coordenadores da Pós-Graduação. Finalizando este assunto, a  
112 prof.<sup>a</sup> Ana Beatriz apresentou um relato sobre a impropriedade de comportamento do  
113 encarregado dos funcionários terceirizados dos PPGs na UFJF, da empresa Terceiriza, o  
114 Sr. Rômulo. Afirmou ainda que o mesmo mudou um dos funcionários atuantes em seu  
115 PPG de horário sem nenhuma consulta prévia. Em seguida, a prof.<sup>a</sup> Luciana corroborou  
116 com a colocação anterior relatando que já vivenciou os mesmos problemas com o citado  
117 encarregado. Em resposta, a prof.<sup>a</sup> Cristina solicitou que tais relatos fossem  
118 formalizados por todos os interessados para posterior encaminhamento da PROPG à  
119 Pró-Reitoria de Planejamento e Gestão, aos cuidados do prof. Paulo Nepomuceno para  
120 comunicá-lo em ações futuras, uma vez que reclamações acerca deste encarregado, da  
121 empresa Terceiriza, já estão registradas com tal professor. Finalizando as comunicações  
122 a Senhora Presidente apresentou à plenária um breve resumo sobre o avanço na pós-  
123 graduação da UFJF através de dados como número de cursos, alunos, publicações,  
124 conceito CAPES e outros. **III – Ordem do dia:** Iniciando a ordem do dia, a Presidente  
125 solicitou à plenária inserção de um item de pauta, a saber: discussão sobre cursos de  
126 pós-graduação *lato sensu* gratuitos, como item 6 desta ordem e alteração do item  
127 “Processo 23071.14348/2014-50 – Curso de especialização (residência) em Saúde do  
128 Adulto com ênfase em doenças crônico-degenerativas” trazendo-o para quarto nesta  
129 ordem. Em seguida, colocou em votação os pedidos ocorrendo a aprovação por  
130 unanimidade, passando em seguida ao primeiro item de apreciação. **1. Homologação**  
131 **de Defesas de Mestrado e Doutorado.** A Pró-Reitora perguntou à plenária se todos  
132 haviam recebido o arquivo com a listagem das bancas de defesa ocorridas e  
133 consequentes homologações. Em resposta, o prof. Fernando Sato informou que o  
134 arquivo recebido não possibilitou visualização em seu computador. A prof.<sup>a</sup>. Cristina  
135 aferiu se havia mais alguém nesta situação, atestando que mais três conselheiros não  
136 conseguiram visualizar o arquivo. Dessa forma, questionou à plenária se a pauta deveria  
137 ser analisada mesmo com a não visualização do arquivo por parte de quatro conselheiros  
138 ou se seria adiada para a próxima reunião do CSPP. Assim, por unanimidade o  
139 Conselho decidiu pela apreciação e votação desta pauta. Seguindo a orientação de seus  
140 pares a Presidente colocou a lista de homologações de defesas de dissertações e teses

141 dos PPGs da UFJF sobre análise e votação ocorrendo a aprovação por unanimidade. **2.**  
142 **Discussão sobre o Calendário PROPG PI 2015.** A Presidente questionou o Conselho  
143 sobre o recebimento do arquivo com a proposta de Calendário para a PROPG PI no ano  
144 de 2015, com atesto afirmativo de todos os presentes. Em seguida, relatou que a PROPG  
145 PI necessita de um calendário, sendo o mesmo de grande importância para as atividades  
146 desses segmentos na UFJF. Por isso, atestou que a proposta de calendário abrange datas  
147 administrativas e acadêmicas. Entretanto, destacou que as datas não estão definidas ou  
148 finalizadas, ressaltando que a intenção é a construção e aprimoramento desse calendário  
149 visando sua homologação após tais ajustes. Por fim, após detecção por parte da  
150 Presidente e da Plenária acerca da vacância de membros que ocorrerá no Comitê  
151 Assessor da Pró-Reitoria de Pesquisa em virtude do fim do mandato de seus atuais  
152 membros e o período demandado pela consulta e assento de novos membros, definiu-se,  
153 sob orientação do Pró-Reitor de Pesquisa, que os atuais representantes serão mantidos  
154 em suas funções até que se tenha a nomeação de novos componentes, evitando a lacuna  
155 temporal sem representantes. **3. Processo 23071.14348/2014-50 – Curso de**  
156 **especialização (residência) em Saúde do Adulto com ênfase em doenças crônico-**  
157 **degenerativas.** Iniciando este ponto da pauta, a prof<sup>ª</sup>. Maria Cristina convidou as  
158 professoras Ângela Golner e Maria Helena, coordenadoras da Residência em Saúde do  
159 Adulto com Ênfase em doenças Crônico-Degenerativas, para fazerem parte da plenária.  
160 Em seguida, relatou que o processo 23071.14348/2014-50, que pleiteia a adequação de  
161 tal Residência como curso de pós-graduação *lato sensu*, foi pauta da última reunião  
162 deste Conselho, apresentando alguns questionamentos por parte dos conselheiros. Dessa  
163 forma, decidiu-se que a apreciação deste processo seria adiada para a reunião agora em  
164 curso, com o intuito de se convidar as coordenadoras da Residência para que as mesmas  
165 apresentassem respostas às dúvidas apresentadas, fato que se concretiza agora. Para que  
166 se iniciasse a retomada aos questionamentos da reunião anterior, a Pró-Reitora afirmou  
167 à plenária que recebeu em seu Gabinete alguns alunos do Programa de Residência em  
168 pauta, oriundos da Faculdade de Odontologia. Em tal encontro, relatou que os residentes  
169 apresentaram a ela preocupação e receio quanto ao título que os mesmos receberiam ao  
170 término da Residência, alegando que tal Programa não seria reconhecido pelo Conselho  
171 Federal de Odontologia, fato que impediria o reconhecimento do título como  
172 especialização na área específica dos mesmos, a saber: Cirurgia Bucomaxilofacial. Com  
173 o exposto, passou a palavra às coordenadoras da Residência para que as mesmas  
174 explicassem o contexto da Residência e seu processo de adequação ao título de pós-  
175 graduação *lato sensu*. Dessa forma, a professora Maria Helena fez um breve relato sobre

176 o histórico de criação de programas de residência na UFJF, ressaltando que no início  
177 desses trabalhos na Instituição não havia o reconhecimento por parte do Ministério da  
178 Educação quanto aos programas de residência multidisciplinares. Neste contexto,  
179 atestou que a UFJF suportou o programa de residência sob sua responsabilidade, com o  
180 custeio das bolsas, durante o período de não reconhecimento do MEC. Ao longo dos  
181 anos houve o reconhecimento, por parte do Ministério da Saúde, da necessidade de  
182 abrangência de outras áreas de estudo nos programas de residência multidisciplinares,  
183 momento em que foi criada a Residência em Saúde da Família, abrindo espaço para a  
184 inserção de outras profissões. Dessa forma, no ano de 2005 os Ministérios da Educação  
185 e da Saúde iniciaram as discussões sobre a formatação da abrangência das outras  
186 profissões nas residências, ocorrendo a abertura em 2009 de um Edital para todas as  
187 áreas de formação em seu Programa na UFJF. Porém, quanto ao Programa em análise a  
188 primeira intenção foi manter o caráter uniprofissional, apenas com a área de saúde, em  
189 suas ramificações. Com tal modelo relatou que apresentou o projeto e foi contemplada.  
190 A partir dali, com a autorização e entendimento do MEC e do Ministério da Saúde  
191 foram alocando outras áreas nos editais e ocorrendo a aprovação consequente. Atestou  
192 que Atualmente o projeto conta com dezessete bolsas, as quais eram custeadas pela  
193 UFJF, com autorização anual do Conselho Superior da UFJF, e que agora serão  
194 ofertadas pelo Ministério da Saúde, resultando em uma economia de um milhão e meio  
195 de reais para a Instituição. Quanto aos questionamentos que o Programa sofre, ressaltou  
196 que faz parte da Câmara Técnica de Urgência e Emergência do Ministério da Saúde e  
197 que tal Órgão tem trabalhado para sanar as dúvidas e dirimir os problemas. Dessa forma,  
198 a questão que se busca solucionar neste Conselho diz respeito apenas à diretriz  
199 normativa que precisa atender para dar continuidade ao Programa, que se refere à  
200 conferência de igualdade de seu Programa de Residência a um curso de pós-graduação  
201 *lato sensu* reconhecido pela UFJF com emissão de tal certificado pela Coordenadoria de  
202 Registros Acadêmicos (CDARA) da Instituição. Após a explanação da professora, a  
203 Pró-Reitora afirmou que não há problema em deliberar sobre a equivalência em pauta,  
204 porém, ressaltou que tal processo deve passar pela PROPG e por este Conselho com  
205 foco na situação dos professores e alunos diante do Programa e da adequação visada.  
206 Para isto, declarou que é muito importante que todas as informações estejam  
207 disponibilizadas com o intuito de sanar todas as dúvidas em curso. Assim, abriu  
208 discussão no Conselho. Neste momento, o professor Antônio Márcio pediu a palavra.  
209 Primeiramente, parabenizou as coordenadoras do Programa de Residência pela  
210 iniciativa junto ao MEC e ao Ministério da Saúde. Entretanto, relatou que as adequações

211 do Programa de Residência em sua relação com a Faculdade de Odontologia, no que se  
212 refere ao reconhecimento de título para os integrantes do Programa oriundos desta  
213 Faculdade, ainda não estão claras. Como ilustração, fez um breve relato sobre a inclusão  
214 da Residência em Cirurgia Bucomaxilofacial a partir do ano de 2004 no Programa em  
215 questão. Por fim, ressaltou que para eficiência total dessa inclusão seria necessário o  
216 reconhecimento do Conselho Federal de Odontologia, o que não ocorre. No momento  
217 seguinte, a prof<sup>ª</sup>. Ângela Golner fez um breve relato explicando que a concessão de  
218 títulos por parte do Programa em pauta não se refere à titulação de especialistas nas  
219 áreas específicas. Ressaltou que a interação com todos os órgãos reguladores das áreas é  
220 finalidade dos Ministérios da Educação e da Saúde, mas que mesmo sobre este viés  
221 seria inviável a concessão de títulos de especialistas nas respectivas áreas, uma vez que  
222 a Residência em pauta é relativa à especialização (residência) em saúde do adulto com  
223 ênfase em doenças crônico-degenerativas. Dessa forma, a concessão de título apenas  
224 poderá ocorrer na designação de especialista em Saúde do Adulto com Ênfase em  
225 Doenças Crônico-Degenerativas. Por fim, relatou que apesar de abranger outras áreas o  
226 Edital de seu Programa ocorre de maneira única e geral, do mesmo modo que a  
227 concessão de título. Finalizada a exposição da professora, a Presidente reiterou a  
228 importância da exposição de todas as informações pertinentes ao Programa para  
229 consolidação da decisão da plenária. Relatou que em dezembro, em virtude da  
230 proximidade de encerramento do ano de 2014 e da necessidade urgente de manifestação  
231 da PROPG e da UFJF para andamento do processo de implementação da Residência em  
232 pauta, realizou a aprovação ad referendum da Residência, porém, com a intenção de  
233 debate na primeira reunião deste Conselho no ano de 2015, fato que se consolidou. Por  
234 fim, também reiterou o relato dos alunos do Programa de Residência sob análise,  
235 oriundos da Faculdade de Odontologia, que apresentaram temor quanto a  
236 impossibilidade de não atesto de título de especialista em cirurgia bucomaxilofacial, por  
237 parte do Programa em curso. Destacou que tal fato é realmente iminente diante das  
238 exposições realizadas até o momento. Neste momento, o prof. Antônio Marcio retomou  
239 sua fala atestando que os alunos da Faculdade de Odontologia, matriculados no  
240 Programa de Residência, procuraram, além da Pró-Reitora de Pós-Graduação, as chefias  
241 pertinentes na Faculdade de Odontologia. Frisou que os mesmo estão realmente  
242 expostos a possibilidade de não concretização do título de especialista em suas  
243 respectivas áreas após o término do Programa. Por fim, o professor pediu formalmente à  
244 Senhora Presidente vistas a todos os processos pertinentes ao Programa de Residência  
245 em análise para que pudesse analisa-los com intuito de embasamento real sobre a

246 estruturação do Programa. Em seguida, a prof<sup>a</sup>. Ângela Golner relatou que as  
247 regulamentações e normativas da UFJF estão voltadas para a formatação dos cursos de  
248 pós-graduação *lato sensu*, não se moldando às especificidades das residências, fato que  
249 gera grande dificuldade na compreensão de casos como este. Também reiterou que a  
250 titulação é de especialista, porém na modalidade que nomeia o Programa, com o devido  
251 reconhecimento do MEC que determina sua valoração. Em seguida, com o intuito de  
252 centralizar as discussões em torno de uma deliberação do Conselho, a Pró-Reitora  
253 reforçou que a iniciativa em pauta se faz pela necessidade de adequação da Residência  
254 como programa de pós-graduação *lato sensu*, se moldando como uma residência com  
255 timbre de curso *lato sensu*. Assim, ressaltou que outro problema seria a não notificação  
256 no Edital do Programa de Residência informando que o mesmo não consolidaria o título  
257 de especialista em cada uma das especialidades que fazem parte de sua estruturação,  
258 mas somente na especialidade nominativa do Programa. Em resposta à colocação da  
259 Senhora Presidente, a prof<sup>a</sup>. Ângela Golner afirmou à plenária que é obrigação do  
260 ingressante no Programa conhecer as regras de concessão de títulos por parte dos  
261 conselhos reguladores de suas áreas, uma vez que há muitas especificidades em tal  
262 contexto. Neste sentido, reiterou que a titulação é de especialista, porém, generalista  
263 conforme a nomeação do Programa, devidamente reconhecida pela instância reguladora  
264 maior de nosso sistema educacional, o MEC. Logo em seguida, o prof. Antônio Marcio  
265 solicitou novamente a palavra atestando que a afirmação da coordenadora não procedia,  
266 no que se refere ao que consta nos editais pertinentes ao Programa em análise. Assim,  
267 afirmou que tem em sua posse tais editais e que constam nos mesmos a afirmação da  
268 concessão de título de especialista em cirurgia bucomaxilofacial, contrariando a  
269 colocação das coordenadoras até o momento. Neste instante, o prof. Marcos Tanure  
270 propôs encaminhamento à plenária, solicitando à Senhora Presidente que, por se tratar  
271 de assunto de alta complexidade e especificidade, formasse uma pequena comissão para  
272 analisar o tema e embasar a plenária com pareceres formais e seus objetivos, visando  
273 uma melhor possibilidade de resolução da pauta. Finalizando, atestou que tal  
274 procedimento poderia ser estendido a todas as pautas similares com formatação de  
275 comissões com conselheiros com afinidade à área pertinente à pauta. Antes da análise  
276 do encaminhamento proposto pelo professor, a Presidente agradeceu a presença das  
277 coordenadoras do Programa de Residência em análise perguntando se ainda havia  
278 alguma colocação a ser feita, não havendo as despediu e retomou o andamento da  
279 proposição em aguardo. Dessa forma, propôs a formação de uma comissão de quatro  
280 membros, solicitando sua presença na mesma. Abriu espaço às indicações quanto a



281 composição. Após breve discussão a plenária propôs a formação com a prof<sup>a</sup>. Maria  
282 Cristina Andreolli, prof. Antônio Marcio, prof<sup>a</sup>. Silvana, prof<sup>a</sup>. Carina Moljo e ainda o  
283 acréscimo da quinta composição na pessoa da prof<sup>a</sup>. Isabel Leite. Em seguida, a  
284 Presidente colocou em votação a composição da comissão ocorrendo a aprovação por  
285 unanimidade. **4. Processo 23071.015363/2011-72 – Curso de Pós-Graduação Lato**  
286 **Sensu em Odontologia Legal.** A Pró-Reitora colocou o processo em questão sob  
287 análise da plenária atestando que se tratava de curso já encerrando, aguardando  
288 aprovação neste Conselho em virtude do atraso gerado pelo grande período sem  
289 reuniões no ano de 2014, destacando que o mesmo se trata de curso pago. Em seguida,  
290 pediu a prof<sup>a</sup>. Fátima Salimena, relatora do processo, que apresentasse as considerações  
291 ao Conselho. A relatora apontou as necessidades de ajustes encontradas no processo,  
292 relatou as adequações providenciadas e atestou favoravelmente ao curso. Dessa forma,  
293 com base em tais relatos, a Presidente colocou o processo sob votação ocorrendo a  
294 aprovação com duas abstenções. **5. Processo 23071.019754/2013-04 – Curso de Pós-**  
295 **Graduação Lato Sensu em Cultura de Povos Indígenas.** A Presidente colocou sob  
296 análise o processo pertinente ao curso acima relatado, atestando que o mesmo já foi  
297 encerrado em virtude do atraso gerado pelo grande período sem reuniões no ano de  
298 2014, designando-o como curso gratuito. Como o relator, prof. Carlos Pernisa, não  
299 estava presente à reunião, a Presidente realizou a leitura do parecer, no qual o relator  
300 solicitava esclarecimentos ao coordenador do curso. Em seguida, realizou a leitura dos  
301 esclarecimentos do coordenador do curso e do novo parecer, de atesto favorável, de  
302 autoria do relator. Assim, colocou o processo em votação ocorrendo a aprovação com  
303 uma abstenção. **6. Processo 23071.020780/2014-80 – Recurso de decisão de**  
304 **desligamento do curso de Gestão e Avaliação da Educação Pública.** A Pró-Reitora  
305 iniciou a apreciação do processo constante do título acima, porém, com a manifestação  
306 da plenária quanto a possibilidade de demanda de maior tempo para a função, diante do  
307 horário avançado da reunião, consultou o prof. Marcos Tanure Sanábio, interessado  
308 direto na pauta, acerca da demanda de tempo sobre o tema. Em resposta, o professor  
309 afirmou que seria necessário maior dispêndio de tempo para análise das colocações e  
310 recursos dispostos no processo, visando a obtenção de uma decisão que é de  
311 responsabilidade deste Conselho. Concordando com o professor, e com a plenária, a  
312 Presidente adiou esta pauta para a próxima reunião. **IV – Assuntos Gerais:** Devido ao  
313 adiantado da hora, a Presidente deu por encerrada a reunião, adiando as demais pautas, e  
314 agradeceu a presença de todos. Para constar, foi lavrada a presente ata, que transcrevo,  
315 dato e assino.

316

317 Juiz de Fora, 06 de março de 2015.

318

319

320

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Cristina Andreolli Lopes

321

Pró-Reitora de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação/Presidente do CSPP

322

323

324

Pablo Pedrosa Teixeira de Oliveira

325

Secretário do CSPP

326

Aprovada na reunião do dia 16/04/2015.